

Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais**

As formas e estruturas da família são fortemente influenciadas pela organização da sociedade. Assim, ao desenvolvimento do capitalismo associaram-se, a partir do fim do século XVIII, importantes transformações sociais que permitiram a extensão do modo de vida burguês a todas as classes sociais e a difusão da ideia de que «o lugar da mulher é em casa».

A separação entre esfera pública e esfera privada está na origem de concepções que diferenciam radicalmente as funções dos dois sexos na família. Nestas concepções, o papel das mulheres consiste em cuidar da casa e dos filhos, enquanto o papel dos homens consiste em prover às necessidades materiais da família, geralmente através do exercício de uma actividade remunerada (Parsons, 1955).

A partir dos anos 60, com o ingresso em massa das mulheres na vida profissional, observou-se uma progressiva liberalização das opiniões sobre a divisão rígida das funções dos dois cônjuges (Spence, Deaux e Helmreich, 1985). No entanto, estas mudanças não se traduziram em alterações significativas na organização familiar. Os estudos sobre a divisão do trabalho doméstico demonstram que a participação dos homens nas tarefas domésticas continua a ser pouco significativa (Stohs, 1995; Baudelot e Estabiet, 1992). Embora as mulheres pareçam consagrar menos tempo a estas tarefas, esse facto não se deve a uma maior participação do marido, mas sim à redução, pelas próprias mulheres, das actividades domésticas ou à modificação do seu modo de vida (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1993). Alguns autores consideram mesmo que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres não tem diminuído (Saraceno, 1992). O tempo que era despendido, no passado, em

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

** A autora agradece a participação de Alberto Rendo no segundo estudo.

atividades como lavar a roupa à mão ou fazer conservas é utilizado, na actualidade, em novas tarefas, tais como o «trabalho de relações», necessário à criação e à manutenção de relações com a rede parental ou com os serviços públicos ou privados.

No que respeita à partilha do poder familiar, vários autores concluíram que a actividade profissional da mulher se reflectiu numa baixa de autoridade do marido e numa partilha igualitária de decisões (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1993; Michel, 1983). Esta evolução parece estar em conformidade com a «teoria dos recursos» (Blood e Wolfe, 1960), segundo a qual «o poder que um actor detém na orientação de uma interacção é tanto maior quanto mais importantes forem (comparativamente) os seus recursos» (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1993, pp. 45-46). Porém, este ponto de vista é também contestado: alguns autores consideram que a desigualdade entre marido e mulher é frequentemente ocultada pelos cônjuges, que afirmam tomar as decisões em conjunto (Saraceno, 1992). Outros salientam que apenas algumas decisões são afectadas pelo estatuto da mulher (Michel, 1983). Outros autores ainda consideram que as tomadas de decisão constituem apenas um dos níveis do poder familiar. Para Kellerhals, Troutot e Lazega (1993), as tomadas de decisão situam-se ao nível da «atribuição dos recursos», em que cada cônjuge pode gerir à vontade os recursos destinados à zona de competências que lhe é confiada. No entanto, a repartição dessas zonas de competências entre os dois cônjuges e a definição da importância dos recursos destinados a cada zona são decididas ao nível da «determinação dos recursos», no qual a autoridade masculina permanece intocável.

Os estudos que procuram descrever a organização familiar e o seu efeito sobre os dois cônjuges têm vindo a evidenciar dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, as práticas familiares reflectem uma forte desigualdade entre homens e mulheres, que contradiz, de modo flagrante, a ética igualitária em que se baseia a sociedade ocidental. Em segundo lugar, e de forma surpreendente, tanto os homens como as mulheres consideram a organização que adoptaram justa e equitativa e descrevem-na, na maioria dos casos, como satisfatória, independentemente da forma como se distribuem o poder e o trabalho no casal (Baxter e Western, 1998; Müller, 1998; Roux, 1999).

Têm sido propostas várias explicações na tentativa de compreender este paradoxo. Assim, a manutenção da autoridade masculina no casal poderia explicar-se não só pelo facto de os homens terem mais poder na sociedade em geral, como também pela existência de expectativas generalizadas de que eles tenham mais poder (Felmlee, 1994). Uma relação na qual o homem não dominasse seria, portanto, contranormativa, menos aceite socialmente e, logo, menos satisfatória para ambos os cônjuges. Alternativamente, a satisfação feminina com a divisão do trabalho doméstico poderia explicar-se pelo facto de as mulheres serem obrigadas a ajustar as suas expectativas e exigên-

cias. Isto seria devido ao facto de, nas sociedades modernas industriais, as mulheres serem confrontadas com situações de inequidade tanto no trabalho assalariado como no trabalho familiar (Baxter e Western, 1998).

Alguns autores concluíram que os homens e as mulheres poderiam ter noções diferentes de justiça. Com efeito, segundo a teoria da privação relativa (Merton e Kitt, 1965), o facto de as mulheres poderem comparar a sua situação na família com uma outra mais equitativa deveria levar a que a organização familiar seja vista como injusta e insatisfatória. No entanto, esta explicação não recolheu consenso. Por um lado, os resultados dos estudos sobre as concepções de justiça realizados numa perspectiva diferencial são pouco consistentes: apesar de o trabalho de Gilligan (1982) indicar que as mulheres atribuem mais importância às pessoas e menos atenção às regras do que os homens, as revisões metaanalíticas não confirmam tais diferenças (Moghaddam, 1998). Por outro lado, desigualdade não significa forçosamente injustiça. Assim, Roux (1999) verifica que três pessoas em cada quatro são da opinião de que a repartição desigual das tarefas domésticas é legítima. Os homens, nomeadamente, consideram a sua organização familiar mais desigual, mas mais justa do que as mulheres, enquanto as mulheres se mostram gratas face a qualquer contributo masculino, mesmo reduzido. Este resultado parece apoiar as conclusões dos autores que realçam uma tendência nas mulheres para comparar a sua situação, não com uma situação ideal em que o contributo dos dois cônjuges seria igualitário, mas antes com a única alternativa que podem conceber, em que esses contributos seriam ainda mais desiguais (Baxter e Western, 1998; Müller, 1998).

Aos pontos de vista que salientam as diferenças de natureza entre homens e mulheres, ou o impacto das crenças nestas diferenças, podem confrontar-se outras explicações baseadas na assimetria das posições dos dois sexos na estrutura social e nas relações de poder que os unem. Por exemplo, na perspectiva de Eagly (1987), as mulheres conformam-se aos comportamentos normativos, não necessariamente por terem internalizado as crenças que os definem, mas sim sob o efeito da pressão social, ou seja, devido ao poder que têm os grupos e os indivíduos que partilham essas crenças para influenciar o seu comportamento.

Baseando-nos no facto de que não existe também, nos casais portugueses actuais, uma repartição igualitária, quer do poder, quer do trabalho familiar (Costa, 1992; Vicente, 1998), procurámos examinar em que medida as concepções da organização familiar podem explicar a manutenção das práticas tradicionais. Num primeiro estudo procurámos captar as representações da repartição do trabalho e do poder nas famílias da geração de pertença e da geração anterior, assim como as representações das funções respectivas dos dois cônjuges, de modo a examinar a influência relativa dessas representações sobre as práticas adoptadas nos casais. Num segundo estudo procurá-

mos determinar se a situação ideal à qual os homens e as mulheres podiam comparar a sua organização familiar seria aquela em que os dois cônjuges partilham as actividades de forma igualitária.

Os dois estudos foram realizados por questionário. Para avaliar a participação dos cônjuges nas tarefas domésticas e nas tomadas de decisão utilizámos, em ambos casos, o mesmo conjunto de vinte indicadores. Na medida em que o nosso objectivo era o de captar (para as comparar) as representações das práticas normativas, efectivas ou ideais, procurámos obter uma avaliação separada da participação de cada um dos cônjuges nas actividades seleccionadas. Portanto, e contrariamente aos estudos que procuram explicitamente comparar a participação das mulheres e dos homens nas actividades familiares, não pedimos aos inquiridos que repartissem proporcionalmente essas actividades entre os dois cônjuges (Herla, 1987, por exemplo).

ESTUDO 1

MÉTODO

Respondentes

A amostra é constituída por 178 jovens solteiros e 193 adultos casados de nacionalidade portuguesa. Os jovens solteiros são 86 homens e 92 mulheres, em grande maioria (90%) estudantes, com a idade média de 21 anos. Eles declaram ter, em média, 1,6 irmãos ou irmãs e viver junto dos pais. Cerca de metade dos pais são quadros superiores ou médios e cerca de metade das mães são domésticas.

Os adultos casados são 96 homens e 97 mulheres, com a idade média de 47 anos, que declaram ter, em média 2,3 filhos. Os respondentes ou os cônjuges masculinos são profissionais independentes (20,5%), quadros superiores ou médios (52,4%), empregados ou operários (25,3%). Os respondentes ou os cônjuges femininos são profissionais independentes (5,2%), quadros superiores e médios (42,4%), empregadas ou operárias (28,6%) ou ainda domésticas (23,8%).

Os respondentes provêm de meios católicos (metade afirmando não ser praticante) e de todas as tendências políticas.

Questionário

A primeira página do questionário destinava-se à recolha de informações sócio-demográficas (sexo, idade, nacionalidade, estado civil, profissões dos

pais ou dos cônjuges, número de irmãos ou de filhos, religião, tendência política). Seguiam-se quatro partes, sempre apresentadas na mesma sequência. Nas duas primeiras, os respondentes eram convidados a avaliar, em percentagem, o grau de participação do marido (ou da mulher), na geração de pertença e na geração anterior, em dez tarefas domésticas e dez tomadas de decisão (v. quadro n.º 1). Nos questionários destinados aos adultos casados pedia-se ainda uma avaliação dessa participação nas actividades do próprio casal. Nas duas últimas partes, os respondentes deviam exprimir o seu grau de acordo com duas séries de oito afirmações (v. quadro n.º 3) relativas às funções do cônjuge na família e à natureza das diferenças entre os dois sexos. As opiniões eram expressas através de uma escala em 7 pontos (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente). Cada respondente devia descrever apenas um único cônjuge (marido ou mulher).

Procedimento

Os jovens solteiros preencheram os questionários, quer numa hora de ensino, quer individualmente. Todos os participantes adultos foram interrogados individualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Representação das práticas familiares

Foram efectuadas duas análises separadas (análises factoriais em componentes principais) sobre as avaliações do grau de participação dos cônjuges nas actividades familiares, para pôr em evidência as diferentes dimensões do trabalho doméstico e das tomadas de decisão. No que respeita ao trabalho doméstico, a análise extraiu uma única componente (ou factor). As tomadas de decisão organizaram-se em dois factores: o primeiro agrupa as decisões relativas aos lazeres e ao orçamento e o segundo as decisões relativas ao lar e aos filhos. O quadro n.º 1 apresenta a composição dos factores¹ e o grau de participação médio atribuído pelo conjunto dos respondentes aos cônjuges da geração de pertença.

As médias registadas no quadro n.º 1 sugerem que as tarefas domésticas são largamente assumidas pelas mulheres e que as tomadas de decisão são

¹ Os factores têm valor próprio superior a 1 e explicam, para o trabalho doméstico, 84,6% e, para as tomadas de decisão, 65,3% da variância total.

Repartição do trabalho e do poder na família.
Solução factorial (após rotação varimax) e grau de participação
(em percentagem dos dois cônjuges nas actividades avaliadas)

[QUADRO N.º 1]

	Saturação	Participação do marido (em percentagem) (N = 182)	Participação da mulher (em percentagem) (N = 189)
Trabalho doméstico			
Factor 1 (84,6%):			
Arrumar os quartos	0,96	5,39	70,37
Limpar o pó	0,96	12,21	71,97
Lavar a loiça	0,95	22,55	71,31
Aspirar ou varrer a casa	0,95	19,98	69,25
Passar a ferro	0,95	6,76	85,08
Preparar as refeições	0,94	23,97	78,98
Lavar a roupa	0,94	6,87	83,19
Fazer as camas	0,92	27,54	63,92
Pôr a mesa	0,85	40,64	56,89
Ir às compras	0,75	48,98	63,02
<i>Média</i>	—	22,49	71,40
Tomadas de decisão			
Factor 1, lazeres e orçamento (46,9%):			
Comprar um carro	0,89	69,19	40,46
Fixar o orçamento das férias	0,88	60,41	46,03
Escolher o local das férias	0,85	54,92	49,60
Comprar uma casa	0,84	59,62	51,05
Escolher o programa de televisão	0,77	56,82	45,85
Organizar os tempos livres	0,69	51,28	48,89
<i>Média</i>	—	58,71	46,98
Factor 2, lar e filhos (18,4%):			
Escolher uma escola para os filhos	0,86	45,22	58,29
Escolher o número de filhos desejados	0,69	48,05	55,87
Renovar o mobiliário da sala	0,68	39,81	65,00
Dar uma formação desportiva ou cultural aos filhos	0,61	51,57	49,70
<i>Média</i>	—	46,16	57,22

observa que, em mais de 90% dos casos, são as mulheres que lavam a roupa e passam a ferro. Este autor observa ainda uma forte participação feminina em tarefas como preparar as refeições (84%), aspirar ou varrer a casa (75,3%), lavar a loiça (73,7%) ou ir às compras (63%). Embora as mulheres ponham a mesa apenas em 52% dos casos, esta tarefa recai, segundo o autor, mais sobre os filhos do que sobre os maridos. Os resultados obtidos por Herla (1987) na Bélgica vão no mesmo sentido. Examinando seis tarefas domésticas, a autora evidencia que as tarefas ligadas à roupa são quase exclusivamente assumidas pelas mulheres, que se responsabilizam ainda pela preparação das refeições e pela limpeza da casa em 75% dos casos. Lavar a loiça e ir às compras são, segundo a autora, tarefas mais partilhadas, apesar de os homens não assumirem a responsabilidade pela lista das compras, que fica sob a alçada da mulher.

Uma comparação entre os resultados por nós obtidos acerca da divisão do poder de decisão e a evidência reportada por Herla (1987) aponta para uma certa concordância com uma maior autoridade dos homens no domínio do orçamento familiar e uma maior influência das mulheres no que diz respeito à educação dos filhos. Nos outros domínios investigados por aquela autora (férias, domicílio, trabalho), homens e mulheres declaram muitas vezes tomar as decisões em conjunto. No entanto, os resultados de Jurczyk e Rerrich (1993, *in* Müller, 1998) confirmam que os homens têm mais oportunidade do que as mulheres para utilizarem o tempo a seu gosto e procuram integrar os outros membros da família nos seus lazeres.

Para nos permitir efectuar uma comparação estatística das avaliações atribuídas às três dimensões evidenciadas construímos, a partir dos factores extraídos, três esferas de actividade familiar e calculámos, para cada uma delas, a participação média dos cônjuges da geração de pertença e da geração anterior². O quadro n.º 2 apresenta estas médias, juntamente com os resultados da análise de variância, que procura, para cada esfera, realçar as diferenças significativas em função do sexo do *cônjuge* descrito (marido vs. mulher), do *sexo* do respondente (masculino vs. feminino), da *geração* do respondente (jovem solteiro vs. adulto casado), assim como das *práticas* representadas (práticas actuais vs. práticas anteriores).

A observação do quadro n.º 2 permite constatar efeitos significativos de *cônjuge*. Estes salientam a maior participação das mulheres no trabalho doméstico e dos maridos nas decisões relativas aos lazeres e orçamento. As interacções entre *cônjuge* e *geração* revelam que, em comparação com os adultos casados, os jovens solteiros consideram que os maridos trabalham mais e decidem menos. Por outro lado, a única interacção significativa entre *cônjuge* e *sexo* reflecte a tendência dos respondentes para atribuírem maior peso ao grupo de pertença nas decisões relativas ao lar e aos filhos (marido:

² Os factores extraídos apresentam uma consistência interna satisfatória (α de Cronbach para trabalho doméstico: 0,98; decisões relativas aos lazeres e ao orçamento: 0,91; decisões relativas ao lar e aos filhos: 0,71).

divididas entre os dois cônjuges em função de domínios específicos. A este respeito, pode notar-se que os nossos resultados confirmam a fraca participação masculina nas tarefas domésticas salientada por outros estudos portugueses (Costa, 1992; Nazareth, 1993; Vicente, 1998). Eles são também muito semelhantes aos obtidos noutros países, mesmo com outras escalas de avaliação. Em França, por exemplo, Zarca (1990, *in* Baudelot e Establet, 1992), que analisa a participação dos cônjuges em quinze tarefas domésticas,

respondentes masculinos: 50,60; respondentes femininos: 49,00; mulher: respondentes masculinos: 48,44; respondentes femininos: 51,33).

Grau médio de participação (em percentagem) nas diversas actividades familiares em função do *cônjuge* descrito, das *práticas* representadas e da *geração* de pertença do respondente.
Análise de variância

[QUADRO N.º 2]

	Práticas actuais		Práticas anteriores	
	Jovens solteiros (N = 86)	Adultos casados (N = 96)	Jovens solteiros (N = 86)	Adultos casados (N = 96)
Marido				
Trabalho doméstico	25,18a	20,08b	8,35c	3,70d
Decisões: lazeres e orçamento	57,66b	59,64b	74,77a	76,37a
Decisões: lar e filhos	45,83b	46,46b	51,85a	54,76a
Mulher				
Trabalho doméstico	68,76d	73,90c	90,14b	94,83a
Decisões: lazeres e orçamento	47,89a	46,11a	28,27b	24,79b
Decisões: lar e filhos	58,49a	56,01a	44,89b	40,36b

As letras indicam médias significativamente diferentes segundo o teste *t* de Student ($p < 0,05$).

	Análise de variância				
	Cônjuge F (1,363)	Práticas F (1,363)	Cônjuge × × geração F (1,363)	Cônjuge × × sexo F (1,363)	Cônjuge × × práticas F (1,363)
Trabalho doméstico	4 958,63***	10,78***	26,13***	0,16	754,10***
Decisões: lazeres/orçamento	854,38***	5,59*	4,49*	0,31	633,74***
Decisões: lar e filhos	0,02	16,10***	5,02*	3,93*	139,28***

* $p < 0,05$.** $p < 0,01$.*** $p < 0,001$.

Nota.— Apresentam-se apenas as fontes de variação que têm efeitos significativos.

Os efeitos significativos de *práticas* indicam que, para os respondentes, os cônjuges da geração de pertença trabalham menos e decidem mais do que os cônjuges da geração anterior. Este facto sugere uma tendência para, simultaneamente, desvalorizar a importância do trabalho e sobrevalorizar o papel do poder na família. Mais importantes para o problema em estudo são as interacções significativas entre *cônjuge* e *práticas*. Estas apontam para a crença num maior contributo do marido nas tarefas domésticas dentro da geração de pertença do que dentro da geração anterior e numa maior participação da mulher em todas as tomadas de decisão.

No seu conjunto, as interacções entre, por um lado, *cônjuge* e *práticas* e, por outro, *cônjuge* e *geração* reflectem a percepção de uma mudança progressiva das práticas familiares: os resultados indicam que, cada vez mais, os homens aumentam o seu contributo no trabalho familiar e reduzem a sua intervenção nas tomadas de decisão. A este respeito, podemos sublinhar que, no conjunto, os respondentes percebem uma inversão do poder nas decisões relativas ao lar e aos filhos, que passa, na geração de pertença, do marido à mulher. No entanto, as diferenças observadas entre as respostas das duas gerações de respondentes são muito reduzidas, o que poderia traduzir a dificuldade, salientada por outros autores, em modificar um modelo antigo de distribuição dos papéis, profundamente associado à definição da identidade sexual (Baudelot e Establet, 1992),

Para além disso, as diferenças entre as respostas dos adultos e dos jovens são muito inferiores às diferenças intergeracionais que eles descrevem. Esta discrepância sugere que os respondentes acentuaram as diferenças intergeracionais através de uma estratégia cujo objectivo poderia ser a manutenção ou a aquisição de uma imagem favorável da geração de pertença, apresentada como muito mais igualitária do que a geração anterior. Ora, segundo a teoria da identidade social (Tajfel e Turner, 1986), os indivíduos são motivados por criarem ou manterem uma diferenciação positiva entre o seu grupo de pertença e outros grupos, de modo a garantirem uma identidade social satisfatória. Nesta mesma perspectiva, poder-se-ia pensar que a motivação para conservar uma identidade social positiva através de comparações favoráveis ao grupo de pertença poderia levar, quer as mulheres, quer os homens, a estabelecerem comparações intergeracionais, em vez de comparações intersexuais. Se obtivesse suporte empírico, esta ideia poderia contribuir para explicar a razão pela qual homens e mulheres consideram, geralmente, a divisão das actividades familiares como equitável e satisfatória.

Representações das funções dos dois cônjuges

Efectuámos uma nova análise factorial em componentes principais sobre as opiniões expressas pelos respondentes relativamente às funções dos cônjuges e às diferenças entre os dois sexos. A análise evidenciou quatro dimensões, que se referem, respectivamente, à dedicação à família, ao trabalho de relações, à gestão da família nuclear e às diferenças entre homens e mulheres. O quadro n.º 3 apresenta a composição destes factores³, assim como o grau de acordo médio dos respondentes com cada um dos itens, em função do *cônjuge* descrito.

³ Os factores têm valores próprios superiores a 1 e explicam, em conjunto, 50,5% da variância.

Funções dos cônjuges. Solução factorial (após rotação varimax)
e grau de acordo com as afirmações em função do cônjuge descrito
(1 = discordo totalmente; 7 = concordo totalmente)

[QUADRO N.º 3]

	Saturação	Marido (N = 182)	Mulher (N = 189)
Factor 1, dedicação à família (21,1%)			
O cônjuge que se divorcia cumpre um acto imoral	0,68	2,22	1,74
A participação activa do cônjuge na vida social e política põe em perigo o equilíbrio familiar	0,67	3,57	2,65
Incumbe ao cônjuge o dever de criar um ambiente familiar capaz de retemperar as forças do seu parceiro	0,64	4,86	3,54
A realização do cônjuge através de um trabalho profissional é um mito	0,60	3,60	2,04
Os interesses económicos e profissionais do cônjuge não devem sobrepor-se aos compromissos familiares	0,53	5,81	4,81
O cônjuge que vive uma união de facto vive contra a natureza	0,49	1,92	1,76
Incumbe ao cônjuge o dever de cuidar da saúde dos membros da família	0,47	4,43	3,48
<i>Média</i>	-	3,77	2,86
Factor 2, trabalho de relações (10,6%)			
O cônjuge deve arranjar tempo para dar assistência aos membros idosos da família	0,77	5,86	5,03
O cônjuge deve estabelecer relações seguidas com os professores dos seus filhos	0,76	5,81	5,45
O cônjuge deve arranjar tempo não só de qualidade, mas também em quantidade, para os seus filhos	0,73	6,38	5,93
<i>Média</i>	-	6,02	5,47
Factor 3, gestão da família nuclear (10,3%)			
O cônjuge tem capacidades especiais para educar os filhos	0,77	3,49	4,87
Incumbe ao cônjuge a organização do trabalho doméstico	0,67	2,86	4,18
A harmonia conjugal é largamente condicionada pelo comportamento do cônjuge	0,51	3,77	3,41
<i>Média</i>	-	3,37	4,15
Factor 4, diferenças entre sexos (8,5%)			
A educação pode acentuar as diferenças entre homens e mulheres, mas não é a causa dessas diferenças	0,75	5,34	5,33
Há diferenças psico-fisiológicas entre homens e mulheres	0,73	6,10	6,17
Não há profissões masculinas ou femininas, mas há trabalhos que correspondem mais ou menos às capacidades dos homens ou das mulheres	0,57	5,57	5,77
<i>Média</i>	-	5,67	5,76

Uma inspecção do quadro n.º 3 revela um grau de acordo elevado com o facto de existirem diferenças entre os dois sexos e de ser importante o trabalho de relações. De forma geral, há menos acordo com a necessidade de um cônjuge em particular ter de se dedicar em primeiro lugar à família ou de se encarregar da gestão familiar. Pode notar-se, no entanto, que, embora as mulheres não devam, mais do que os homens, sacrificar os seus interesses aos da família, o seu papel na gestão da família continua a ser considerado maior do que o do homem.

Com objectivos de comparação estatística, construímos quatro escalas, seguindo a organização factorial, e calculámos o grau de acordo médio dos respondentes com cada uma das dimensões⁴. Estas médias são apresentadas no quadro n.º 4, em simultâneo com os resultados da análise da variância que evidenciam as diferenças significativas em função do *cônjuge* descrito, do *sexo* e da *geração* de pertença do respondente.

Grau de acordo médio com as funções conjugais em função do cônjuge descrito, da geração de pertença e do sexo do respondente
(1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente).

Análise de variância

[QUADRO N.º 4]

	Marido			
	Jovens solteiros		Adultos casados	
	Respostas masculinas	Respostas femininas	Respostas masculinas	Respostas femininas
	(N = 40)	(N = 46)	(N = 48)	(N = 48)
Marido				
Dedicação à família	3,81a	3,35b	3,96a	3,96a
Trabalho de relações	5,96	6,01	5,86	6,22
Gestão da família nuclear	3,28	3,32	3,33	3,55
Diferenças entre sexos	5,68	5,35	5,84	5,79
	(N = 46)	(N = 46)	(N = 48)	(N = 50)
Mulher				
Dedicação à família	3,01a	2,27b	3,09a	3,04a
Trabalho de relações	5,43b	5,37b	5,19b	5,87a
Gestão da família nuclear	4,41a	3,14b	4,47a	4,56a
Diferenças entre sexos	5,86ab	5,41b	5,67bc	6,09a

As letras diferentes indicam médias significativamente diferentes segundo o teste *t* de Student ($p < 0,05$).

	Análise de variância						
	Cônjuge <i>F</i> (1,363)	Geração <i>F</i> (1,363)	Sexo <i>F</i> (1,363)	Cônjuge × × geração <i>F</i> (1,363)	Cônjuge × × sexo <i>F</i> (1,363)	Geração × × sexo <i>F</i> (1,363)	Cônjuge × × geração × × sexo <i>F</i> (1,363)
Família	101,62***	19,63***	11,74***	0,07	0,91	9,99**	0,43
Relações	36,03***	0,99	8,03**	0,15	0,30	8,31**	1,47
Gestão	39,34***	12,70***	3,50	5,75*	8,52**	9,71**	5,87*
Diferenças	0,89	7,84***	1,02	0,10	0,83	8,52**	2,24

* $p < 0,05$.** $p < 0,01$.*** $p < 0,001$.

⁴ Os valores do α de Cronbach são, respectivamente, 0,72, 0,68, 0,52 e 0,49.

Os efeitos significativos de *cônjuge* demonstram que os respondentes diferenciam as funções dos dois cônjuges: mais do que a mulher, o marido deve dedicar-se à família, colocando os interesses da família acima de outros assuntos. O marido é também o principal responsável pelo «trabalho de relações», enquanto a mulher deve encarregar-se sobretudo da gestão da família nuclear. De forma geral, a descrição do cônjuge masculino ou feminino não altera o grau de acordo com as diferenças entre os dois sexos: os respondentes partilham a opinião de que tais diferenças existem e se traduzem em competências distintas.

Os efeitos significativos de *geração* sugerem que os jovens são menos tradicionais do que os adultos: os jovens concordam menos com o dever de reservar uma posição privilegiada à família, com a necessidade de gerir a organização familiar e com a existência de diferenças entre os sexos. Para além disso, os efeitos de *sexo* revelam que os respondentes femininos acham menos importante colocar a família acima dos outros domínios da vida social do que os respondentes masculinos, mas atribuem maior importância do que estes à manutenção das redes de relações.

Os efeitos significativos de *geração* e de *sexo* são, no entanto, qualificados pelas interações significativas entre as duas variáveis. Nota-se, com efeito, que as duas gerações de respondentes masculinos não têm concepções diferentes das funções conjugais e que as divergências entre gerações e sexos provêm das respostas dos respondentes femininos. As mulheres adultas atribuem mais importância do que os outros respondentes ao trabalho de relações (adultas casadas, 6,04; jovens solteiras, 5,69; adultos casados, 5,52; jovens solteiros, 5,68; $p < 0,05$ segundo o teste *multiple range t* de Student). Pelo contrário, as jovens mulheres concordam menos do que todos os outros respondentes que deve colocar-se a família acima de qualquer outro projecto social (jovens solteiras, 2,81; adultas casadas, 3,50; jovens solteiros, 3,38; adultos casados, 3,53; $p < 0,05$) e que existem diferenças entre os sexos (jovens solteiras, 5,38; adultas casadas, 5,94; jovens solteiros, 5,77; adultos casados, 5,75; $p < 0,05$). Por fim, a interacção significativa *cônjuge* \times *geração* \times *sexo* indica que as jovens mulheres discordam com a atribuição da gestão da família nuclear à mulher, mas não consideram, mais do que os outros respondentes, que esta função deve caber ao marido.

Os resultados até agora descritos permitem inferir que a experiência da vida familiar leva as mulheres à adopção de dois discursos diferentes: enquanto as mulheres casadas se conformam ao ponto de vista dos homens, as jovens solteiras distanciam-se dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher e das concepções tradicionais da família. No entanto, os resultados indicam que existe uma assimetria na avaliação dos papéis conjugais masculino e feminino. A redefinição do papel feminino não é acompanhada por

uma redefinição do papel masculino por parte das mulheres jovens e não existe crítica aos modelos tradicionais por parte dos homens jovens. Estes factos não permitem prever mudanças profundas, quer nas representações dos papéis conjugais, quer nas práticas familiares que lhes estariam associadas. Pelo contrário, as opiniões expressas sugerem que, quando vierem a assumir os papéis de mulher e de mãe, as mulheres jovens adoptarão o sistema de pensamento das respondentes adultas do nosso estudo.

Influência das representações sobre as práticas próprias

Resta saber se as representações das funções conjugais influenciam as práticas adoptadas pelos cônjuges. Numa terceira série de análises procurámos examinar a influência relativa das representações das funções conjugais e das práticas dos outros sobre as práticas adoptadas pelos respondentes. Utilizando apenas as respostas dos adultos casados, começámos por comparar as práticas próprias com as representações das práticas dos casais da geração de pertença e da geração anterior. O quadro n.º 5 apresenta as avaliações da participação média do marido e da mulher nas três esferas de actividade, juntamente com os resultados da análise de variância, que compara as três *práticas* descritas em função do *sexo* de pertença do respondente.

Além da nítida repartição das actividades entre marido e mulher e da ausência de diferenças entre os respondentes dos dois sexos, podem observar-se dois efeitos significativos de *práticas*, que evidenciam uma diferenciação entre as práticas adoptadas e as representações das práticas dos outros. Estes efeitos revelam que os respondentes consideram que trabalham menos em casa do que os outros cônjuges (participação média por cônjuge no casal, 42,74; na geração de pertença, 47,13; na geração anterior, 49,50; $p < 0,05$), mas que tomam mais decisões acerca do lar e dos filhos do que os cônjuges da geração anterior (participação média por cônjuge no casal, 52,18; na geração de pertença, 51,41; na geração anterior, 48,53, $p < 0,05$). Mais interessante é o facto de as interações significativas entre *práticas* e *cônjuge* sugerirem que, no próprio casal, a repartição das tarefas domésticas é mais igualitária do que nos casais da geração anterior, mas mais desigual do que nos outros casais da geração de pertença: os maridos trabalham menos do que os outros homens da sua geração. Estas interações indicam também que a participação nas decisões relativas aos lazeres e ao orçamento é mais igualitária no próprio casal do que nos outros casais: os homens manifestam menor autoridade nestas questões. Finalmente, tal como nos casais da geração de pertença, as mulheres têm mais poder nas decisões relativas ao lar e aos filhos no próprio casal do que tinham as mulheres da geração anterior.

Adultos casados: grau médio de participação (em percentagem) nas diversas actividades familiares em função do *cônjuge* descrito e das *práticas* representadas.
Análise de variância

[QUADRO N.º 5]

	Marido		
	Práticas próprias (N = 96)	Práticas actuais (N = 96)	Práticas anteriores (N = 96)
Marido			
Trabalho doméstico	13,95b	20,08a	3,70c
Decisões: lazeres e orçamento	56,07c	59,64b	76,37a
Decisões: lar e filhos	45,93b	46,46,b	54,76a
	(N = 97)	(N = 97)	(N = 97)
Mulher			
Trabalho doméstico	71,23b	73,90b	94,83a
Decisões: lazeres e orçamento	45,72a	46,11a	24,79b
Decisões: lar e filhos	57,30a	56,01a	40,36b

As letras diferentes indicam médias significativamente diferentes segundo o teste *t* de Student ($p < 0,05$).

Análise de variância

	Cônjuge F(1,189)	Práticas F(2,378)	Cônjuge × práticas F(2,378)
Trabalho doméstico	2 169,87***	16,08***	147,86***
Decisões: lazeres e orçamento	437,07***	2,37	201,10***
Decisões: lar e filhos	2,69	6,28**	64,63***

* $p < 0,05$.

** $p < 0,01$.

*** $p < 0,001$.

Nota.— Não há efeito principal nem efeitos de interacção envolvendo a variável *sexo*.

Em suma, para além de confirmarem a existência das diferenças intergeracionais já referidas, estas análises evidenciam que os respondentes dos dois sexos concordam no facto de que o papel do homem no próprio casal é mais passivo do que na maioria dos casais da geração de pertença.

Para avaliar o efeito relativo das representações das práticas dos outros e das funções dos dois cônjuges foram efectuadas, em seguida, seis análises de regressão múltipla, tomando sucessivamente como variável critério a avaliação da participação de cada um dos cônjuges nas três esferas de actividade familiar.

Como pode observar-se no quadro n.º 6, as análises sugerem que a participação efectiva do marido nas actividades familiares é explicada principalmente pela percepção das práticas dos outros homens da geração de pertença. A representação das práticas adoptadas pelas outras mulheres explica

também, em grande parte, o desempenho da mulher na família. No entanto, neste caso, a contribuição feminina parece ser também influenciada pela importância que as mulheres atribuem à família: a dedicação à família relaciona-se positivamente com o trabalho doméstico ($\beta = + 0,25$; $p = 0,009$) e negativamente com as decisões relativas aos lazeres e ao orçamento, ou seja, relativas à esfera do poder masculino ($\beta = -0,27$; $p = 0,008$).

Análise de regressão múltipla (método passo a passo). Variáveis critério: práticas próprias. Variáveis independentes: práticas dos outros, funções conjugais, diferenças entre sexos

[QUADRO N.º 6]

	Trabalho doméstico	Decisões: lazeres e orçamento	Decisões: lar e filhos
Marido			
Práticas da geração de pertença	0,39***	0,26**	0,40***
Práticas da geração anterior	0,11	0,03	0,04
Dedicação à família	-0,08	-0,14	-0,02
Trabalho de relações	0,13	-0,01	0,11
Gestão da família	-0,07	0,0	-0,09
Diferenças entre sexos	-0,01	0,04	0,06
R	0,39	0,26	0,40
R ²	0,15	0,07	0,16
R ² ajustado	0,14	0,06	0,15
F (1,94)	16,63***	6,99**	17,60***
Mulher			
Práticas da geração de pertença	0,34***	0,18t	0,44***
Práticas da geração anterior	0,19t	0,07	0,08
Dedicação à família	0,25**	-0,27**	0,02
Trabalho de relações	0,0	-0,06	0,09
Gestão da família	-0,07	0,01	0,09
Diferenças entre sexos	0,01	0,01	0,13
R	0,43	0,27	0,44
R ²	0,18	0,07	0,20
R ² ajustado	0,17	0,06	0,19
F	(2,94)= =10,56***	(1,95)= =7,34**	(1,95)= =23,15***

t= $p < 0,10$.

* $p < 0,05$.

** $p < 0,01$.

*** $p < 0,001$.

Estes resultados sugerem vários comentários. Em primeiro lugar, embora o homem seja descrito como mais passivo quando se compara o próprio casal com os outros casais da geração de pertença, a sua participação na família

parece ser consistente com as práticas dos seus pares. Em segundo lugar, apesar de os respondentes considerarem mais importante que o marido se consagre à família do que a mulher, a prioridade que deve atribuir-se à família é evocada apenas para explicar a participação da mulher nas actividades familiares. Este resultado confirma a ideia de que existe uma relação fraca entre as opiniões sobre os papéis conjugais e as práticas familiares (Spence, Deaux e Helmreich, 1985) e de que as dimensões dos papéis conjugais se tornam relevantes apenas quando desempenham um papel de justificação das relações sociais. Nesta perspectiva, os papéis conjugais funcionariam como «mitos legitimadores», a saber, conjuntos coerentes de crenças e opiniões que legitimam os valores sociais a partir do momento em que estes suscitam uma necessidade de explicação (Sidanius, Devereux e Pratto, 1992; v. também Allport, 1954). Finalmente, o facto de as práticas adoptadas pelos cônjuges serem explicadas principalmente pelas representações das práticas dos outros constitui um factor importante, quer para a legitimação das práticas tradicionais, quer para a sua reprodução. Assim, em concordância com o ponto de vista de Eagly (1987), as mulheres poderiam conformar-se com os comportamentos prescritos, não por terem internalizado as crenças que os definem, mas sim por se sentirem constrangidas a conformar-se às normas sociais.

A importância das representações das práticas dos outros, quer para a definição das práticas adoptadas, quer para a percepção da sua evolução, parece apoiar a opinião dos autores que consideram que as mulheres comparam a sua situação com outras situações de maior desigualdade, e não com uma situação ideal em que a contribuição dos dois cônjuges seria igualitária (Baxter e Western, 1998; Müller, 1998). No entanto, devemos ainda verificar o pressuposto segundo o qual os indivíduos, e as mulheres em particular, consideram como ideal uma situação em que a participação dos dois cônjuges é igualitária. Existem, com efeito, indicações de que algumas diferenças entre cônjuges poderiam ser consideradas apropriadas (Eagly, 1987). É sobre esta questão que incide o segundo estudo.

ESTUDO 2

MÉTODO

Respondentes

A amostra é composta por 114 respondentes, 57 jovens solteiros e 57 adultos casados, de nacionalidade portuguesa. Os jovens solteiros são 29 homens e 28 mulheres, em grande maioria (72%) estudantes, com a idade média de 22 anos. Os adultos casados são 29 homens e 28 mulheres, com a idade média de 37 anos, e que reportaram ter, em média 1,5 filhos. Trabalham, na sua maioria, nos sectores da administração e serviços, ocupando diferentes posições hierárquicas.

Os respondentes provêm de meios católicos (embora a maioria se declare não praticante) e de todas as tendências políticas.

Questionário e procedimento

Os inquiridos foram interrogados individualmente. Após concordarem em participar no estudo, era-lhes distribuído um questionário. A primeira página destinava-se à recolha de informações sócio-demográficas. A segunda página começava por um breve texto introdutório: «A intensidade da vida moderna obriga-nos, mais do que antes, a organizar a nossa vida, e até a nossa vida familiar. No âmbito de uma investigação sobre a família, queríamos conhecer a sua opinião acerca do que seria a *repartição ideal* das tarefas domésticas entre os dois cônjuges. Para isso, queríamos que indicasse qual é, do seu ponto de vista, o grau de participação habitual do marido (da mulher) nas seguintes actividades familiares e qual devia ser, no ideal, o grau de participação do marido (da mulher) nestas tarefas, escolhendo o ponto da escala que melhor corresponde à sua opinião.»

De seguida, eram apresentadas as dez tarefas domésticas e as dez tomadas de decisão já utilizadas no primeiro estudo. Cada item era acompanhado de duas escalas de avaliação em 6 pontos, respectivamente rotuladas de «grau de participação habitual» e «grau de participação ideal». As escalas permitiam atribuir graus de participação de 0, 20, 40, 60, 80 e 100%. Cada respondente devia descrever apenas as práticas de um cônjuge.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tipos habitual e ideal de organização familiar

O quadro n.º 7 apresenta o grau de participação médio atribuído pelos respondentes aos dois cônjuges nas diferentes actividades familiares, habitual e idealmente.

Pode observar-se que, tal como no estudo precedente, os respondentes percebem fortes diferenças na participação habitual dos cônjuges nas actividades familiares: os homens participam significativamente menos no trabalho doméstico do que as mulheres, têm menos peso nas decisões relativas ao lar e aos filhos e mais poder nas decisões relativas ao orçamento e aos lazeres. Contudo, é advogado um maior equilíbrio no ideal: embora marido e mulher participem, habitualmente, de modo diferenciado em 16 actividades num total de 20, eles fornecem, no ideal, um contributo diferente em apenas 6 tarefas.

Para comparar as estruturas das organizações familiares habitual e ideal efectuámos quatro análises factoriais em componentes principais sobre as avaliações da participação dos cônjuges, respectivamente, no trabalho do-

Práticas familiares e participação dos dois cônjuges, habitual e idealmente.
Diferenças entre médias segundo o teste *t* de Student

[QUADRO N.º 7]

	Marido		Mulher		Diferenças			
	Habitual	Ideal	Habitual	Ideal	Marido	Mulher	Habitual	Ideal
	1	2	3	4	1/2	3/4	1/3	2/4
Passar a ferro	12,98	41,40	87,02	61,75	-6,60***	7,10***	-15,09***	-4,21***
Lavar a roupa	14,04	41,40	83,57	61,75	-6,69***	6,21***	-14,10***	-4,23***
Limpar o pó	25,61	58,25	80,35	57,19	-10,23***	7,52***	-10,56***	0,26
Lavar a loiça	27,89	60,18	81,86	59,24	-7,89***	7,14***	-11,43***	0,20
Preparar as refeições	31,23	57,54	83,86	66,67	-7,08***	7,09***	-13,63***	-2,57*
Arrumar os quartos	31,55	59,15	74,39	57,19	-6,97***	6,03***	-8,61***	0,47
Aspirar ou varrer a casa	35,44	60,35	76,14	57,89	-6,11***	6,22***	-7,47***	0,59
Fazer as camas	39,65	64,21	73,33	55,44	-6,33***	5,82***	-6,87***	2,10*
Ir às compras	43,51	67,02	69,82	58,95	-6,27***	3,57***	-5,73***	1,94
Pôr a mesa	50,18	69,82	74,39	50,18	-5,47***	9,18***	-5,41***	4,59***
Comprar um carro	75,79	69,12	44,21	55,44	3,65***	-3,59***	7,75***	3,80***
Fixar o orçamento das férias	67,72	65,96	57,89	60,70	1,09	-0,97	2,41*	1,28
Escolher o pagamento da televisão	66,67	54,74	57,37	55,26	3,37***	0,60	2,07*	-0,13
Comprar uma casa	66,32	68,07	58,25	65,26	0,59	-2,78**	1,87	0,72
Dar uma formação aos filhos	62,11	70,53	62,81	68,77	-3,51***	-2,67**	-0,16	0,49
Escolher o local das férias	61,75	63,51	61,32	62,57	-0,84	-0,54	0,11	0,24
Organizar os tempos livres	58,95	63,16	52,28	60,35	-1,80	-3,71***	1,71	0,78
Escolher o número de filhos desejados	57,24	60,75	75,09	68,77	-1,80	2,30*	-4,47***	-1,95
Escolher uma escola para os filhos	55,09	63,16	70,41	65,70	-4,50***	2,61*	-3,77***	-0,67
Renovar o mobiliário da sala	51,64	61,96	72,46	68,25	-5,12***	1,69*	-5,50***	-1,63

Nota. — N=57 por condição.

**p* < 0,05.

***p* < 0,01.

****p* < 0,001.

méstico e nas tomadas de decisão, habitual e idealmente. O quadro n.º 8 apresenta os resultados dessas análises.

A análise do quadro n.º 8 revela, para as práticas habituais, uma estrutura semelhante à que foi obtida no primeiro estudo: todas as tarefas domésticas

Práticas habituais e práticas ideais. Soluções factoriais (após rotação varimax) evidenciando as diferentes esferas de actividade familiar

[QUADRO N.º 8]

	Habitual		Ideal	
	Factor 1 (71,9%)	Factor 2 (52,8%)	Factor 1 (52,8%)	Factor 2 (14,6%)
Trabalho doméstico				
Pôr a mesa	0,72	0,83	0,83	-0,06
Arrumar os quartos	0,88	0,75	0,75	0,37
Fazer as camas	0,82	0,74	0,74	0,32
Ir às compras	0,65	0,69	0,69	0,13
Aspirar ou varrer a casa	0,86	0,69	0,69	0,50
Limpar o pó	0,90	0,64	0,64	0,48
Lavar a roupa	0,91	0,09	0,09	0,94
Passar a ferro	0,92	0,12	0,12	0,90
Preparar as refeições	0,89	0,39	0,39	0,72
Lavar a loiça	0,89	0,43	0,43	0,51
Tomadas de decisão				
	Habitual		Ideal	
	Factor 1 (47,8%)	Factor 2 (17,7%)	Factor 1 (68,1%)	
Escolher uma escola para os filhos	0,87	0,15	0,87	0,87
Escolher o número de filhos desejados	0,87	0,13	0,81	0,81
Renovar o mobiliário da sala	0,82	-0,01	0,78	0,78
Dar uma formação desportiva ou cultural aos filhos	0,68	0,38	0,80	0,80
Escolher o local das férias	0,64	0,56	0,91	0,91
Comprar um carro	-0,11	0,81	0,79	0,79
Fixar o orçamento das férias	0,36	0,74	0,85	0,85
Escolher o programa de televisão	0,14	0,73	0,68	0,68
Comprar uma casa	0,12	0,68	0,86	0,86
Organizar os tempos livres	0,41	0,67	0,88	0,88

são reunidas num único factor, enquanto dois factores separam as tomadas de decisão em dois domínios, relativos, respectivamente, ao lar e aos filhos e ao orçamento e aos lazeres⁵.

⁵ O único factor do trabalho doméstico explica 71,9% da variância, enquanto os dois factores relativos às tomadas de decisão explicam, em conjunto, 65,5% da variância total.

A organização obtida para as práticas habituais não se reproduz nas práticas ideais: no que diz respeito ao trabalho doméstico, obtivemos dois factores. O primeiro factor agrupa as tarefas de arrumação da casa, às quais se junta ir às compras. O segundo factor reúne as tarefas ligadas ao vestuário e à alimentação. Ao contrário do que se observa na organização habitual, todas as tomadas de decisão se juntam, na organização ideal, num único factor⁶.

Construímos uma nova série de escalas relativas às diferentes esferas de actividade familiar a partir dos factores extraídos⁷ e calculámos, para cada esfera, a participação média dos cônjuges. De seguida, efectuámos uma análise de variância para evidenciar as diferenças significativas em função do sexo do *cônjuge* descrito (marido vs. mulher), do *sexo* (masculino vs. feminino) e da *geração* (jovem solteiro vs. adulto casado) do respondente.

Os resultados obtidos para as actividades habituais confirmam as conclusões do estudo prévio, tal como pode verificar-se através da observação do quadro n.º 7. Limitamo-nos, por isso, a apresentar aqui as análises efectuadas sobre a organização familiar ideal.

Divisão ideal das actividades entre cônjuges

O quadro n.º 9 apresenta a avaliação média da participação dos dois cônjuges nas diferentes esferas da organização familiar ideal, assim como os resultados da análise de variância efectuada separadamente para cada esfera.

Os efeitos significativos de *cônjuge* indicam que, no ideal, cada um dos sectores em que deveria dividir-se o trabalho doméstico é atribuído preferencialmente a um dos dois cônjuges: o marido deveria assumir sobretudo as tarefas de arrumação da casa, enquanto a mulher deveria principalmente cuidar do vestuário e da alimentação. No que diz respeito às tomadas de decisão, elas deveriam, idealmente, ser partilhadas de forma igualitária entre os dois cônjuges.

Embora não se verifiquem efeitos da *geração*, as duas interacções significativas entre *cônjuge* e *sexo* sugerem a existência de diferenças de opinião entre respondentes dos dois sexos acerca da participação ideal dos cônjuges nas tarefas relacionadas com o vestuário e a alimentação e nas tomadas de decisão. Um teste *t* de Student complementar evidencia que os respondentes masculinos e femininos se diferenciam apenas relativamente ao contributo da mulher. Assim, os respondentes masculinos consideram que a mulher devia dar um maior contributo nas tarefas associadas à alimentação e ao vestuário do que o julgam os respondentes femininos [$t(54,94)=2,46$; $p=0,017$]. Os respondentes masculinos mostram-se ainda a favor de uma menor participação da mulher nas tomadas de decisão [$t(55)=-2,71$; $p<0,009$].

⁶ Os dois factores relativos ao trabalho doméstico explicam, juntos, 67,4% da variância e o único factor das tomadas de decisão explica 68,1% da variância.

⁷ Os valores do α de Cronbach são, para as práticas habituais, respectivamente, 0,96, 0,88 e 0,81; para as práticas ideais, estes valores são, respectivamente, 0,88, 0,85 e 0,95.

Práticas ideais. Grau médio de participação (em percentagem) nas diversas actividades familiares em função do *cônjuge* descrito e do *sexo* dos respondentes. Análise de variância

[QUADRO N.º 9]

	Marido		Mulher	
	Respostas masculinas (N = 27)	Respostas femininas (N = 30)	Respostas masculinas (N = 31)	Respostas femininas (N = 26)
Trabalho: casa e compras	62,05ab	64,11a	57,96ab	53,97b
Trabalho: vestuário e alimentação	45,93b	53,92b	68,06a	55,54b
Tomadas de decisão	65,29ab	63,02ab	58,42b	68,70a

As letras diferentes indicam médias significativamente diferentes segundo o teste *t* de Student ($p < 0,05$).

	Análise de variância		
	Cônjuge F(1,106)	Sexo F(1,106)	Cônjuge x sexo F(1,106)
Trabalho: casa e compras	4,55*	0,08	0,82
Trabalho: vestuário e alimentação	10,43**	0,40	7,75**
Tomadas de decisão	0,07	1,60	4,31*

* $p < 0,05$.

** $p < 0,01$.

*** $p < 0,001$.

Nota.— Não há efeito principal nem efeitos de interacção envolvendo a variável *geração*.

Em suma, os nossos resultados sugerem, em primeiro lugar, que os indivíduos não consideram ideal uma situação em que as tarefas domésticas são partilhadas entre o marido e a mulher. Os respondentes manifestam preferência por uma divisão do trabalho em duas «zonas de competências» que, no entanto, atribui à mulher as tarefas mais penosas em termos de esforço e de tempo. Os resultados revelam, em segundo lugar, que os respondentes masculinos se mostram sensivelmente menos igualitários de que os femininos: Os respondentes masculinos consideram que o contributo da mulher para as tarefas «femininas» devia ser maior do que os respondentes femininos e continuam a mostrar reticências quanto à partilha do poder familiar com as mulheres.

A reunião das duas esferas de decisão habituais num único factor pela análise factorial das práticas ideais não permite determinar eventuais diferenças quanto à participação ideal dos cônjuges nas decisões relativas quer ao lar e aos filhos, quer ao orçamento e aos lazeres. Para comparar as práticas habituais com as práticas ideais decidimos construir essas duas escalas⁸ e exami-

⁸ Os valores do α de Cronbach são, para lar e filhos, 0,89 e, para orçamento e lazeres, 0,93.

nar os efeitos do *cônjuge* descrito, do *sexo* e da *geração* do respondente nesses dois domínios de tomada de decisão.

Os resultados desta análise estão patentes no quadro n.º 10. Eles mostram que os respondentes masculinos e femininos não se diferenciam significativamente quanto à repartição do poder nas decisões relativas ao lar e aos filhos. Noutros termos, parece existir consenso entre ambos os grupos a favor da partilha do poder parental entre os dois cônjuges. Pelo contrário, o efeito significativo da interacção entre *cônjuge* e *sexo* nas decisões relativas ao orçamento e aos lazeres revela que os respondentes masculinos atribuem à mulher médias significativamente inferiores às dos respondentes femininos [$t(55) = 2,96; p = 0,005$], introduzindo, em simultâneo, uma diferença de poder entre marido e mulher neste domínio [$t(56) = 2,75; p = 0,008$].

Práticas ideais. Grau médio de participação (em percentagem) nas tomadas de decisão em função do *cônjuge* descrito e do *sexo* dos respondentes. Análise de variância

[QUADRO N.º 10]

	Marido		Mulher	
	Respostas masculinas (N = 27)	Respostas femininas (N = 30)	Respostas masculinas (N = 31)	Respostas femininas (N = 26)
Lazer e orçamento	66,37a	62,27ab	53,68b	66,23a
Lar e filhos	64,22	63,77	63,16	71,17

As letras diferentes indicam médias significativamente diferentes segundo o teste *t* de Student ($p < 0,05$).

Análise de variância

	Cônjuge F(1,106)	Sexo F(1,106)	Cônjuge x sexo F(1,106)
Lazer e orçamento	2,1	1,76	7,35**
Lar e filhos	0,80	1,24	1,77

* $p < 0,05$.

** $p < 0,01$.

*** $p < 0,001$.

Nota.— Não há efeito principal nem efeitos de interacção envolvendo a variável *geração*.

A análise das tomadas de decisão sugere que não existe consenso entre os dois sexos no que respeita à participação feminina no poder familiar. No entanto, os respondentes masculinos não parecem atribuir um valor idêntico às diferentes esferas de decisão, preferindo manter a sua autoridade nas questões relativas aos lazeres e ao orçamento. O facto de exercerem habitualmente o poder nestes domínios parece apoiar o ponto de vista de Kellerhals,

Troutot e Lazega (1993), segundo o qual é o homem que decide acerca da repartição das «zonas de competências» entre os dois cônjuges. Em conformidade com outra observação destes autores, a divisão efectuada revela também alguma assimetria: ao deixarem à mulher as decisões relativas ao lar e aos filhos, os homens delegam nela um domínio eventualmente pouco relevante na gestão do seu quotidiano, mantendo a sua autoridade em domínios que interferem mais directamente sobre a sua vida, tais como a gestão do orçamento e dos lazeres.

CONCLUSÕES

No conjunto, os nossos resultados sugerem que os respondentes têm representações muito diferenciadas das práticas familiares normativas. Eles consideram, de forma consensual, que as mulheres trabalham mais do que os homens em casa, têm um poder de decisão inferior no que diz respeito ao orçamento e aos lazeres, mas superior nos assuntos ligados aos filhos e ao lar. De forma geral, eles veiculam também representações bastante tradicionais das funções dos cônjuges: o homem é o principal responsável da família perante o exterior e a mulher é encarregada da família no interior. Os resultados mostram ainda um elevado grau de acordo com as diferenças entre os dois sexos. Dentro do consenso que emerge das respostas, as jovens mulheres destacam-se por terem opiniões mais igualitaristas, mas que se limitam a pôr em causa as funções da mulher.

As representações das práticas dos outros influenciam, mais do que as opiniões sobre as funções dos cônjuges, as práticas adoptadas pelos indivíduos. Os resultados sugerem que os dois cônjuges ajustam o seu contributo para o trabalho e o poder familiar conforme a sua percepção das normas sociais. A conformidade com as práticas desiguais da geração de pertença poderia, assim, legitimar as práticas desiguais no seio do casal, sendo também a diferenciação tanto maior quanto maiores forem as expectativas de ver as mulheres colocar a família acima de outros projectos sociais.

A conformidade com as práticas normativas parece ser facilitada pela percepção de uma grande mudança nas práticas familiares, que contradiz os resultados dos trabalhos realizados neste domínio. A possibilidade de os indivíduos efectuarem comparações intergeracionais, em vez de comparações intersexuais, poderia explicar a satisfação com a organização familiar adoptada, evidenciada por vários autores (Baxter e Western, 1998). Com efeito, as comparações intergeracionais permitem apresentar as práticas da geração de pertença como muito mais igualitárias do que as da geração anterior.

As representações das práticas da geração anterior poderiam constituir para os respondentes dos dois sexos, em particular para as mulheres casadas, uma oportunidade de manter uma identidade social positiva, ao permitir comparar a sua situação com outras de maior desigualdade. Contudo, as mulheres casadas partilham com as jovens solteiras um ideal de organização familiar em que o contributo dos dois cônjuges seria mais igualitário. Por isso, é pouco provável que as mulheres adotem as práticas normativas por terem internalizado as crenças que as sustentam. Na medida em que o ideal masculino é mais próximo das práticas efectivas, pode pensar-se, de acordo com a perspectiva de Eagly (1987), que as mulheres se conformam aos comportamentos prescritos sob o efeito da pressão social.

A adopção de comportamentos prescritos por normas não internalizadas poderia explicar a adesão das mulheres casadas às representações masculinas das funções dos cônjuges. A defesa de concepções que, por um lado, contrastam com as das jovens solteiras e, por outro, legitimam a manutenção de uma situação que as prejudica poderia traduzir um processo de racionalização por parte das mulheres casadas, que sentem a necessidade de justificar o seu comportamento na família. Porém, a conformidade com as práticas tradicionais tem consequências que vão para além de minar o modelo de paridade e de reciprocidade entre cônjuges: ela enfraquece a posição da mulher no mercado do trabalho (Saraceno, 1992) e torna «naturais» as diferenças entre homens e mulheres. Ao aceitarem e justificarem as desigualdades na organização familiar, as mulheres contribuem activamente para a manutenção de uma representação dos géneros que fornece um apoio maior à reprodução da ordem social (Duveen e Lloyd, 1986).

BIBLIOGRAFIA

- ALLPORT, G. W. (1954), *The Nature of Prejudice*, Reading, MA, Addison-Wesley.
- BAUDELLOT, C., e ESTABLET, R. (1992), *Allez les filles!*, Paris, Éditions du Seuil.
- BAXTER, J., e WESTERN, M. (1998), «Satisfaction with housework: examining the paradox», in *Sociology*, 32, pp. 101-120.
- BLOOD, R.A., e WOLFE, D. M. (1960), *Husbands and Wives*, Nova Iorque, The Free Press.
- COSTA, A. (1992), *Representações Sociais de Homens e de Mulheres*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- DUVEEN, G., e LLOYD, B. (1986), «The significance of social identities», in *British Journal of Social Psychology*, 25, pp. 219-230.
- EAGLY, A. H. (1987), *Sex Differences in Social Behavior: A Social-Role Interpretation*, Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum Associates.
- FELMLEE, D. H. (1994), «Who's on top? Power in romantic relationships», in *Sex Roles*, vol. 31 (5-6).
- GILLIGAN, C., (1982), *In a Different Voice*, Cambridge, Ma, Harvard University Press.
- HERLA, G. (1978), «Partage des responsabilités familiales, attitudes et comportements effectifs», in *Les Cahiers de psychologie sociale*, n.º 35, pp. 9-50
- JURCZYK, K., e RERRICH, M. S. (1993), *Die Arbeit des Alltags*, Munique, Lambertus.

- KELLERHALS, J., TROUTOT, P.Y., e LAZEGA, E. (1993), *Microsociologie de la famille*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MERTON, R. K., e KRIT, A. S. (1965), «La théorie du groupe de référence et la mobilité sociale», in A. Levy (ed.), *Psychologie sociale, textes fondamentaux anglais et américains*, Paris, Dunod.
- MICHEL, A. (1983), *Sociologia da Família e do Casamento*, Porto, Rés-Editora.
- MOGHADDAM, F. M. (1998), *Social Psychology: Exploring Universals across Cultures*, Nova Iorque, Freeman e Co.
- MÜLLER, U. (1998), «The micropolitics of gender differences in family life», in V. Ferreira, T. Tavares e S. Portugal (eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds*, Oeiras, Celta Editora.
- NAZARETH, M. P. (coord.), (1993), *Situação Actual da Família Portuguesa*, Lisboa, Direcção-Geral da Família.
- PARSONS, T. (1955), «Family structure and the socialization of the child», in T. Parsons e R. F. Bales (eds.), *Family, Socialization, and Interaction Process*, Glencore, Ill, Free Press.
- ROUX, P. (1999), *Couple et égalité: un ménage impossible*, Lausana, Réalités Sociales.
- SARACENO, C. (1992), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- SIDANIUS, J., DEVEREUX, E., e PRATTO, F. (1992), «A comparison of symbolic racism theory and social dominance theory as explanations for racial policy attitudes», in *The Journal of Social Psychology*, 132, 3, pp. 377-395.
- SPENCE, J. T., DEAUX, K., e HELMREICH, R. L. (1985), «Sex roles in contemporary American society», in G. Lindzey e E. Aronson (eds.), *The Handbook of Social Psychology*, vol. 2, 3.ª ed.
- STOHS, J. H. (1995), «Predictors of conflict over the household division of labor among women employed full-time», in *Sex Roles*, vol. 33 (3-4).
- TAJFEL, H. e TURNER, J. C. (1986), «The social identity theory of intergroup behavior», in S. Worchel e W. G. Austin (eds.), *Psychology of Intergroup Relations*, Chicago, Nelson-Hall Publishers.
- VICENTE, A. (1998), *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio*, Lisboa, Multinova.
- ZARCA, B. (1990), «Division du travail domestique: poids du passé et tensions au sein du couple», in *Economie et statistiques*, n.º 228.